

# As vivências dos pescadores do rio Teles Pires, Mato Grosso, Brasil

Avanço de investigação em curso.

Grupo de trabalho: Sociologia Econômica, número 27

Adriano Castorino, [adriano.castorino@uft.edu.br](mailto:adriano.castorino@uft.edu.br)

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk, [rosane.rosa@unemat.br](mailto:rosane.rosa@unemat.br)

Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat.

## Resumo

Com o objetivo de realizar um monitoramento da atividade pesqueira artesanal no rio Teles Pires estão sendo realizados estudos que contam com uma metodologia participativa envolvendo os pescadores artesanais num processo de conhecimento tanto do pescado como das suas vivências. O mapeamento dos participantes ocorreu com a identificação de um pescador que apontou os demais formando comunidades pelo critério de vizinhança. Fundamentada na pesquisa participativa e ou pesquisa ação, as atividades programadas iniciaram-se com a efetivação do contato, condição primordial para o estabelecimento de vínculo entre os pesquisadores e os pescadores. A presença dos pescadores que encontraram espaços para manifestar contentamentos e descontentamentos na oficina participativa selou a interação que aconteceu pela horizontalidade do processo.

Palavras-chave: Pescadores, Rio Teles Pires, Participação Social.

## INTRODUÇÃO

Em consonância com a idéia de uma gestão participativa que pressupõe a democratização dos processos, todas as atividades sociais e/ou ambientais, estão passando por estratégias que visam a garantia da participação, ainda que em termos questionáveis, como forma de validação de políticas públicas que acabam se desdobrando em programas que afetam diretamente a vida das populações. Isso decorre da importância dada para a representação popular expressa no art.37 §3º da Constituição Federal de 1988 que pressupõe a participação do povo em todos os processos de natureza pública tais como: Fóruns, Assembléias Populares, Conselhos populares, Conferências, Plenárias, Audiências, Conselhos Gestores, Plebiscitos e outros.

Dentro da política neoliberal a participação também é prevista, como forma de isentar e diminuir gastos do poder público com as políticas sociais. No Brasil, isso tem sido muito difundido em programas públicos ligados ao desenvolvimento econômico como no caso do PAC1 e PAC2. Desta forma processos como a criação de uma unidade de conservação ou implantação de uma grande obra passam por eventos públicos que a simples presença física de pessoas dá subsídio para a elaboração de propostas e conseqüentemente de ações que podem modificar radicalmente a vida de outras pessoas ainda que elas não saibam nem quando a sua presença legitimou tal fato.

Estes eventos consultivos assumem normalmente o nome de oficinas participativas, cuja finalidade é apresentar uma proposta, discuti-la com um determinado grupo e valida-la. Mesmo sendo pressuposta a participação, normalmente essas oficinas têm por meta retirar as demandas das pessoas

envolvidas para validar uma idéia pré-concebida, mas nesse caso sob a alegação de que foram ouvidas todas as partes. Ou então para envolver o grupo em atividades que demandam modificações substanciais em suas existências e que precisam ser preparadas com certo tempo e rigor evitando que ocorram reações que o estado considere indesejáveis, tais como a divulgação do descontentamento ou da violência. Em todo caso, não é raro que exista uma legitimação de interesses impostos nesse suposto dialogismo das oficinas.

Entretanto há de se considerar ainda, que mesmo a experiência sendo não tão exitosa enquanto resultados, os métodos utilizados para a sua realização tem permitido a subversão de alguns dos objetivos pré-estabelecidos e assim criado a oportunidade de que as pessoas envolvidas no processo tomem para si o direito de vivenciar outras possibilidades. Quando pessoas são colocadas juntas em um espaço e a elas é garantida qualquer forma de diálogo, ainda que extra-reunião, como em refeições, intervalos ou mesmo espera por algum eventual atraso na programação é dada a condição inicial para que as trocas ocorram e com elas alguma dimensão de atuação no cenário em debate.

Pensando nesta possibilidade foi realizada uma oficina participativa com os atores envolvidos na atividade de pesca profissional artesanal, que fazem parte da colônia Z-16, e que realizam suas atividade no Rio Teles Pires no extremo norte do Estado de Mato Grosso.

Apropriando-se da idéia de que este momento seria fundamental para se realizar as demais atividades do processo foram vivenciados momentos de muita reflexão sobre cada passo a ser dado. Desde o conhecimento prévio e o convite feito pessoalmente em cada residência esclarecendo dúvidas e dando garantias de que todos teriam direito a fala e ao registro das mesmas em igual condição e respeito.

Aparecendo como cenário de conflito de interesses e constituindo-se como tal nos primeiros momentos o desenrolar das atividades foi garantindo que todos os objetivos fossem sendo atendidos e no auge dos trabalhos se pode constatar o assumir da autoria das falas com registro dos nomes, a exposição das suas venturas e desventuras.

Nesse sentido, esse texto oscila entre um relato dessa experiência e uma tessitura de ideias e reflexões sobre a participação social. De um lado, temos um enfoque inter e multidisciplinar, já de premissa e métodos. De outro, entendemos que as pessoas não são afeitas à lógica administrativo burocrática do estado e por isso, em especial, não se interessam muito por assuntos que envolvam normativas e regulamentos legais.

Nesse texto não tratamos de resultados nem de encaminhamentos da oficina havida com os pescadores. Nosso foco está no processo. Queremos fazer um debate sobre os caminhos da iteração social, da participação ativa. Por tanto, temos aqui a contribuição da linguística, em especial a sociolinguística, da antropologia, da educação, da comunicação, da biologia, da gastronomia, enfim, são diversos os pressupostos que envolvemos na metodologia que utilizamos na oficina.

Esse texto é uma possibilidade de discutir e por em debate esse tipo de reunião. As formas com as quais o estado se vale para ir aos cidadãos também são formas autoritárias, legalistas e profundamente exclusivistas. Por isso é que quase nunca o estado escuta ninguém, primeiro porque detém o monopólio da fala, além de ser o autor inicial da fala é quem regula e autoriza a falar; segundo porque o tempo do estado é medido com rigidez e com objetivos previamente determinados. Tudo isso dificulta o diálogo, porque se as pessoas nem dentes, nem gramática, nem casa possuem, como podem se por em nível de igualdade para fazer frente aos assuntos debatidos pelos entes ou representantes do estado?

## COMO SE DEU A REUNIÃO

No primeiro dia às 07 horas da manhã, repassávamos a agenda do nosso dia. No auditório, onde aconteceria a abertura dos trabalhos corremos para preparar os equipamentos eletroeletrônicos ao tempo de que às 08 em ponto tudo estivesse acertado.

Os pescadores chegavam em grupos e reunidos na parte externa da sala de reuniões conversavam sobre suas expectativas, num misto de ansiedade e contrariedade. Logo na hora prevista estavam entrando no recinto os pescadores. Sentavam aleatoriamente. As falas de abertura foram rápidas e mesmo sendo protocolares não chegou a causar incômodos. Depois das mensagens de início tomamos pé para o local da oficina. Antes, uma pausa para um lanche. Todos tomamos parte na mesa, e 10h e 20min estávamos na sala de reuniões para finalmente iniciarmos a oficina.

Quando as angústias estavam posta à mesa, por assim dizer, o mediador, membro de nossa equipe encaminha algumas sinalizações de nosso trabalho. No intervalo do almoço, as conversas paralelas, que a rigor fazia parte de nossa estratégia de oficina foram dando conta de ir acentuando os assuntos, e serviu para a equipe notar os que tinham mais capacidade de liderança. Comemos todos juntos, outra característica prevista em nossa oficina. As refeições seriam parte de nossa aproximação.

Para Susana Bleil (2012) o ato de “saciar a fome pode ser a primeira resposta a esta pergunta. Ao menos, é a mais óbvia”. Essa premissa nos ajudou muito na elaboração do projeto da oficina. Tínhamos de comer todos juntos. Esse detalhe, como enfatiza Montanari (2008), possibilita a noção de pertencimento.

Ver os intervalos de alimentação como possibilidades comunicativas e de aproximação foi importante para nos fazer interagir com os pescadores no nível de maior intimidade. Massimo Montanari (2008) explica que os gestos forjados na prática do “comer junto” tendem a sair de sua dimensão simplesmente funcional para assumir um valor comunicativo. A participação na mesa comum, conforme acentua o autor, é o primeiro sinal de pertencimento ao grupo.

Na hora de comer, por exemplo, se percebe como as pessoas mastigam, como se servem, como tomam assento, se comem apressados ou vagarosamente. Também na hora das refeições é que se percebe um detalhe flagrante da vida de muitos pescadores: a ausência de dentes. A questão dos dentes é deveras importante, e por pouco não afetou a qualidade da oficina. Todavia no planejamento da oficina não tinha como dimensionar o impacto dessa questão. Moreira et all (2007, p.1384) aponta que “a condição bucal não permite apenas um registro quantitativo, mas possui também uma história vivida. Pessoas pobres, com baixa escolaridade e menor inserção no mercado de trabalho carregam marcas dentárias que exprimem uma realidade objetiva, e outra subjetiva, velada, pouco estudada nos aspectos fundantes. Essa condição bucal desfavorável reforça o estigma do portador e amplifica sua exclusão”. Durante as falas, alguns não tomam parte, mesmo que desejam, porque se sentem envergonhados devido a ausência de dentes. Já na alimentação, todos juntos, mais descontraídos, comem, com imensa dificuldade, comem e se mostram em sorrisos largos e desdentados.

Na parte da tarde, com início 13h e 30min, era mais visível o tom mais ameno de todos. Para aplacar essa chance de diálogo, encaminhamos uma dinâmica tendo como pano de fundo o rio. Nisso, as pessoas começaram a falar de suas vidas, narraram suas histórias, contaram como chegaram até ao Rio Teles Pires. Na medida em que foram contando suas histórias foram baixando a guarda, teve momentos que parece que pairavam, um a um.

Essa atividade de contação de histórias termina com as mulheres dos pescadores, elas também falam de suas vidas, de onde vieram. Esse momento foi muito produtivo porque elas se sentiram incluídas. Aliás, esse é um detalhe que sem um certo grau de intuição e improviso não se faz com facilidade. As relações são elaboradas de modo muito peculiar, e à primeira vista parece tudo um punhado de grosserias e violências, em especial com as mulheres.

Ter de possibilitar que elas falem, que se expressem com tranquilidade, sem que isso interfira no campo das relações ali estabelecidas, é um desafio e tanto. Por isso, tomamos o cuidado de atrelar a

fala delas à narrativa geral de todos, com isso atenuamos as implicações de gênero. Assim, puderam falar com propriedade, sem receios e sem pressa. Essa realidade trouxe ali na oficina um dado ainda mais intrigante: as relações afetivas com o rio. Quando falavam das casas que fizeram nas ilhas os olhos tomavam um brilho que transbordava os sentidos narrados, ecoava num terreno em que a memória recuperava ali na fala o prazer da vida no rio.

Essa tarefa termina por volta de 15h e 30min. Todos deixamos a sala e nos dirigimos ao salão do lanche. As pessoas comiam com mais naturalidade, alguns sorrisos, todos mais calmos, leves e falantes. Os semblantes atestavam uma certa compreensão mesmo que ainda externalizassem as discordâncias. Havia muitas dúvidas, diziam, mas entenderam o propósito da oficina. Era preciso que falassem deles, de suas vidas, das angustias, das expectativas e do que esperavam e até onde estavam dispostos a contribuir.

Quando retomamos aos trabalhos, em seguida ao lanche, foi feita uma plenária, expuseram as discussões havidas nos subgrupos. Um membro de nossa equipe, copiava em um imenso papel grudado na parede, mesmo que nem todos pudessem ler, como já se sabia, mas estavam ali as ideias postas em debate. Deliberamos sobre cada um dos itens, em especial as espécies de peixes mais pescadas. No dia de trabalho, que se encaminhava para o final ficou evidente para eles que sem eles como protagonistas das histórias deles próprios, não seria possível avançar na reunião.

O encerramento do dia de trabalho se deu às 17 horas em ponto. Depois que todos foram embora, a equipe se reuniu na sala mesma em que houvera sido palco dos debates. Avaliamos o dia e os desafios enfrentados, sorrimos e nos alegamos pelo fato de que o dia seguinte estaria garantido, estávamos certos de que voltariam na manhã seguinte.

Na manhã do seguinte, todos de volta, sentados e aguardando para o começo das atividades. Começamos por uma pequena palestra sobre legislação de pesca. São explicitados os termos da lei para a atividade pesqueira. Esse fato de se ter de falar de um tema árido como a legislação não representou nenhum empecilho. Mesmo com algumas dificuldades de entendimento, todos se esforçaram, pediu explicações, intervinham nas falas, riam, troçavam entre si.

Depois da fala abrimos intervalo para o lanche. As conversas paralelas sobre o que fora discutido davam uma mostra de com andavam as preocupações. O café tivera início 09 e 30 e os grupos do dia anterior mesmo que aleatoriamente voltavam a se formar, conversam entre si, entre um suco e outro as idéias iam se firmando.

Já às 10 horas, pontualmente, temos uma atividade cujo objetivo era dar visibilidade aos problemas. Nova formação de subgrupos, agora com junção aleatória, e isso possibilitou uma rotação de membros por grupos. Todos tinham de apontar os problemas, seja quais responsáveis fossem, o importante era deixar claro os problemas que na opinião deles os incomodavam. Aqui se pode notar como é de fato imprescindível perceber as evidências simbólicas de que fala Oliveira (2007).

Para falar dos problemas é necessário que pelo menos já tenham se alegrado, como quando falaram das histórias de vida, de seus feitos como pescadores, de suas glórias. Agora nos problemas era mais possível que tivessem uma postura menos dramática. Poderiam falar como quem fala e é respeitado, independente se será ou não aceita a sua opinião.

A dinâmica dessa tarefa propiciava o surgimento de assuntos que os incomodavam e que agora eram discutidos em grupos. Foi muito proveitoso. Os grupos se reuniram e falaram abertamente. Parte da equipe se revezou para auxiliar na escritura das reivindicações. Também a participação da equipe possibilitou mais chances de conversas porque na medida em que a equipe ia sendo demandada também explicava, prestava esclarecimentos e fazia pequenas intervenções. Todavia, o debate era conduzido pelos pescadores em cada subgrupo.

Por volta do meio dia, já com a plenária aberta e com os termos discutidos nos subgrupos anotados, o mediador encaminhou algumas questões de ordem, como os avanços havidos na interação até ali, ressaltou a qualidade da participação de todos. Fomos todos para o almoço, talvez as pessoas estivessem mais tranquilas e puderam comer com mais sabor. O único transtorno no almoço fora

apenas o fato, lamentável, de a comida não ser suficiente. Mas providencias foram tomadas imediatamente e todos puderam comer e fartarem-se. Nas conversas paralelas o tom era mais calmo, havia risos largos, piadas, isso já demonstrava uma certa capacidade de diálogo entre as partes ali envolvidas.

Já eram 13h30min quando retomamos para a sala de reunião. Nesse momento a dinâmica seria uma tarefa em contraponto aos problemas levantados no período matutino. Esse desafio também possibilitou que a equipe os responsabilizasse mais, isto é, que tivessem claro que não haveria responsabilidade apenas por parte do poder público ou outras entidades.

Todos aos grupos, novamente debateram entre si, e apontaram a importância da pesca, o prazer de pescar, os pontos positivos da atividade. Essa tarefa termina já próximo do intervalo, o mediador de nossa equipe retoma os pontos, um outro membro da equipe os escreve no mural, encaminhamos os assuntos e visualizamos os conceitos, de um lado as reivindicações, de outro as propostas e os pontos positivos da atividade. Esse exercício foi sensacional porque eles puderam ver, apenas se pode encaminhar alguma iniciativa de políticas públicas com a ajuda deles, ou seja, é preciso conhecer a atividade pesqueira, nesse sentido, é preciso conhecê-los.

No intervalo, por volta de 15h todos falavam, estavam mais atidos e rememorando suas histórias. Talvez experiências como a dessa oficina sirva para que a experiência humana se complete como um enleio entre os desejos e as responsabilidades.

No momento seguinte ao intervalo, tivemos um momento em que os pescadores puderam falar de suas vidas no e com o rio. Foi o ponto alto de todo o trabalho. Como uma parte significativa dos pescadores tem problemas de saúde bucal, ausência completa e parcial de dentes, até ali falavam na reunião com a mão na boca, ou com a boca meio cerrada. Mas agora não, agora falaram rasgadamente, sorriam, contaram estórias de peixes e aventuras.

Já perto das cinco da tarde, o mediador retoma a palavra, a sala estava num misto de alegria e nostalgia, chama para um círculo, todos se dão os braços, o mediador ressalta o trabalho feito até ali, diz que a relação entre a equipe responsável pelo acompanhamento da atividade pesqueira, que também realizara a oficina e os pescadores estava estabelecida. Além disso, o mediador ressaltou que ali se iniciava um elo de confiança cujo interesse perpassava as políticas de estado de que necessitavam, mas que iam além porque os pescadores estavam tendo uma oportunidade para que pudessem sistematizar suas trajetórias, organizar a atividade de pesca.

Como ressaltaram alguns, naquela oficina estava uma oportunidade de encontrar meios para que tanto a atividade de pesca continue quanto a vida das pessoas continue e que seja sempre e cada vez melhor, com mais acesso aos serviços de saúde, lazer, educação, esportes entre outros serviços hoje distantes da maioria dos pescadores.

Ainda no encerramento das atividades o mediador esclarece que o ganho maior da atividade foi sem dúvida ouvir e conhecer as histórias de vida e de amor pelo Rio Teles Pires. Falou que jamais será possível contabilizar as horas, as alegrias e sorrisos vividos nos longos anos que os pescadores viveram e vivem no rio, que o fato de eles falarem sobre isso, de poder ter um registro dessas histórias.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A conversa com os pescadores foi pensada com bastante antecedência. Dentre todos os detalhes da reunião, nos detivemos em um em particular: as pessoas não eram obrigadas a participar. As pessoas não tinham obrigação de atender a um chamado de quem que seja e passar algumas horas da vida discutindo um assunto qualquer, mesmo que se tratasse de um tema que lhes importasse.

Partindo do pressuposto de que a equipe organizadora da reunião deveria começar os trabalhos bem antes de o trabalho ser iniciado, tomamos por base a visita nas casas. Essas visitas puderam auxiliar a equipe quanto às possibilidades de compreender melhor as estratégias de condução da reunião.

Nas visitas também foi possível, mesmo que em conversas rápidas, perceber como os pescadores viviam, como se relacionavam com os demais membros da família, além de ser mais visível as condições sociais de moradia. Como estabelecem moradia às margens do Rio Teles Pires, somente foi possível acessar os endereços urbanos dessas pessoas durante a piracema. Aliás, o fato de os pescadores exercerem as atividades de pesca longe da cidade implica em mais custos, uma vez que aumenta o gasto com deslocamento.

Depois de a equipe compor um quadro prévio sobre as pessoas para quem e com quem se faria a reunião, é que se cuidou dos demais detalhes do trabalho. Todavia um dado se confirmou nessas visitas e que de certo modo afetaria em muito o modelo de organizar a reunião: o grau de alfabetização dos pescadores.

A maioria dos pescadores tem pouca escolaridade, alguns nem mesmo sabem grafar o próprio nome. Há outros com ensino médio completo, e nem um deles possui formação universitária. Além disso, é nítida a descrença com o estado, com as políticas públicas e com os serviços públicos de modo mais particular.

Nas conversas entre a equipe que tinha a incumbência de organizar a reunião o que se impunha na pauta era o fato de que as políticas do estado, com sua lógica administrativo-burocrática, não poderia alcançar pessoas com tamanhas peculiaridades.

A primeira barreira que se apresentava para a equipe de organização era justamente o uso da língua. Ora, numa oficina participativa está pressuposto que a língua é algo dado, em princípio. Todavia, a variação linguística utilizada nas políticas de estado, quer sejam em reuniões com ministros quer sejam com pescadores, é a língua cuja gramática é rígida e normativa.

Esse era um ponto nevrálgico de nossa empreitada, se não atentássemos para o fato de que nosso interlocutor não somente não tinha experiência linguística com essa modalidade como também não poderia interagir bem com a variação escrita da linguagem. Nem poderíamos nos valer do estilo tido como padrão culto da língua portuguesa, como tampouco poderíamos apelar para o uso da escrita.

A oralidade, nesse sentido, foi o traço chave para que a reunião pudesse ter algum êxito. Ora, mas essa oralidade não poderia descambar para uma modalidade de interação na qual poucos falavam e a maioria escutava, e quase nada era dito. As falas tanto da equipe organizadora quanto dos participantes tinham de ocorrer numa sintonia tão sutil que flertasse com o improvisado.

Para alguns autores é comum que se olvide o preconceito subjacente que a sociedade letrada tem da fala dos menos letrados, em especial na oralidade de comunidades como pescadores ou ribeirinhos. A isso é que se considera também preconceito linguístico. Para Marcos Bagno há “a prática milenar de confundir língua em geral com escrita e, mais reduzidamente ainda, com ortografia oficial. A tal ponto que uma elevada porcentagem do que se rotula de “erro de português” é, na verdade, mero desvio da ortografia oficial” (BAGNO, 2000, p 122).

Daí que, se um texto ou uma fala já for visto sob a ótica do erro, há imbuída nessa estigmatização a lógica de que o conhecimento expressado também tem erros ou está simplesmente errado. Nesse sentido, perpassado pelo preconceito lingüístico, está também o preconceito com outras formas de saber.

O desafio inicial é trazer as pessoas ao debate, ao âmago da reunião, interagir com elas, respeitar as formas de ver e conceber o mundo sem constrangê-las impondo a elas uma língua com a qual não tem intimidade. Não haveria como respeitar a opinião dos pescadores sem aceitar o modo como falam, sem entender os gestos, os recuos de tons, os olhares.

Com essas preocupações em primeiro plano, o planejamento da oficina teve de ser pensado de uma maneira menos escolarizada, ou seja, como havíamos inicialmente imaginado uma possibilidade de discussão temática, tivemos de refazer o itinerário. A começar pelo tipo de dinâmicas, como agora estava mais que nítido que tínhamos entrado num campo deveras complexo, optamos por ouvir mais e quando possível indicar encaminhamentos ou mediar conflitos e situações.

A esse imenso desafio que se apresentava, é que tomamos a iniciativa de reforçar ainda mais a nossa capacidade de ouvir, inclusive algumas provocações e eventuais grosserias.

Nesse momento trouxemos à tona, nos debates entre a equipe o papel da antropologia em oficinas participativas ou reuniões com grupos de pessoas como ribeirinhos e pescadores. A conversa chegou ao texto de Luis Roberto Cardoso de Oliveira, *Ofício de antropólogo*, de 2007. Para o autor, “o ofício do antropólogo teria como principal característica a capacidade de desvendar ou de interpretar evidências simbólicas”.

Aqui tínhamos a segunda chave com a qual nossa equipe poderia trabalhar. Seria preciso que a antropologia nos ajudasse para que nosso entendimento não fosse guiado pelo afã de transmitir o máximo de informação e exaurir o público com dinâmicas de grupos enfadonhas.

Nesse sentido, as oficinas ou reuniões cujo objetivo seja o debate a respeito de políticas de estado, como as políticas públicas, é imprescindível que se dê alguma importância ao que se chama de evidências simbólicas. “o trabalho do antropólogo está muito marcado por esta característica da interpretação antropológica, ou por este esforço em dar sentido a práticas e situações sociais concretas, seja no plano da organização social ou da própria estrutura da sociedade, a partir da revelação disso que eu estou chamando de evidências simbólicas” (OLIVEIRA, 2007, p.16). Para o autor sem esta condição o antropólogo não seria capaz de produzir uma etnografia adequada, ou uma interpretação convincente da realidade estudada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros momentos de discussão da oficina tivemos em mente duas coisas: participação ativa e diálogo. Para que essas duas coisas se dessem seria preciso que as pessoas se sentissem motivadas a estarem na oficina. Isso não era uma tarefa simples.

A universidade como mediadora tem na sua prática uma verve discursiva e letrada, isto é, tudo é escrito, documentado e postos em termos acadêmicos, já do lado dos pescadores nem as letras, nem um entendimento consistente do contexto sociopolítico vivido e todas as necessidades básicas batendo à porta. Para esse quadro pensamos num modelo de oficina que privilegiasse as falas dos atores sociais envolvidos. Como diz Milani (2008) a participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas por relações entre pessoas, grupos e instituições (...) participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa”.

Nesse sentido, a concepção de participação, como um pressuposto para encaminhamento das demandas, nos auxiliou muito porque para a equipe, era preciso sustentar a palavra de todos, sem, contudo deixar de gerir a reunião. Na medida em que ambos passaram a ser vistos, no âmbito da oficina como pessoas e como tais puderam ser autores de seus próprios discursos. Esse pressuposto possibilitou o nivelamento tanto das informações, porque a equipe tinha de falar em termos mais fáceis ao entendimento geral, ao passo que os pescadores, declaradamente, com menor índice de escolaridade não se constrangeram em fazer uso da palavra, sem que fossem corrigidos.

Considerar que os pescadores, eles em especial, não somente sofrerão mais com os impactos como também perderão parte daquilo que os constitui, o rio, é levar em conta que os impactos não podem ser medidos apenas em termos de perdas que podem ser mensuráveis em termos quantitativos. Nesse sentido, seria da maior importância pegar todo o descontentamento e direcionar para à vida das pessoas. Fazer com que pensassem nas perdas, mas não apenas em perdas mensuráveis, seria preciso pensar nas histórias, no rio como um ente da vida deles.

Esse tipo de pressuposto ajudou na construção e consolidação dos laços de afetividade entre a equipe e os pescadores sendo muito útil no processo de realocação da atividade como da produção de pescado. Um dado que não se deixou escapar na oficina foi o fato de que não trata de pensar os pescadores como pessoas isentas de responsabilidades no trato com o rio e com a pesca. Entendemos

que não pode começar o debate concebendo uma das partes como vítima, unilateralmente. Todavia, sempre tivemos em mente que os pescadores não dispunham de esclarecimentos suficientes para serem imputados.

Para equiparar o discurso, os falantes precisam de um ambiente de cumplicidade, e isso se dá também pela concepção de linguagem. Para Mari Sousa (2006), quando fala de um trabalho feito com pescadores na Bahia, ressalta a autora: “singularidade dessas narrativas não se limita apenas ao seu valor estético, mas em sua força representativa, no valor sociocultural que as revestem, pois evidenciam um *ethos* cultural característico do lugar” (SOUSA, 2006.p. 02).

Quando os pescadores se sentiram plenos em suas palavras deixaram de tampar a boca, certamente a falta de dentes os deixava constrangidos. Todavia, o envolvimento ali estabelecido possibilitou que a subjetividade de cada um se sobrepusesse ao incomodo de não ter dentes. A autoria da fala, a sonorização das palavras, a narrativa compassada, entre outros elementos sedimentou nossa compreensão de que ao organizar uma oficina em que as pessoas pudessem falar, sem rótulos e sem meias palavras, viabilizaria nosso projeto de acompanhamento da atividade. Caso isso não fosse possível, é certo que os pescadores, mais desconfiados, nos boicotassem como disseram, nas conversas paralelas, que já o fizeram com outros pesquisadores. É fundamental estabelecer a confiança.

Para garantir a fala a um ente que já se sente excluído linguisticamente tendo em vista que reconhece o não domínio da língua padrão, própria dos entes escolarizados, e que o órgão de fala tem um aspecto estético desfavorável, é preciso um trabalho de acolhimento. Essa tarefa foi realizada na oficina pelos tempos dedicados à alimentação.

Partindo do pressuposto de que “o momento de comer juntos [as pessoas] conversam, se escutam, se observam. Em outras palavras (...) podem, neste momento único, trocar sorrisos e caretas, sem a obrigação de agir para produzir algo determinado, o que geralmente é percebido como estando ligado à atividade de trabalho. Neste momento (...) estão juntos com o único objetivo de se dar prazer. A fome, que deve ser satisfeita, não é o objetivo mais importante do encontro. A fome é de certa forma, um objetivo secundário em relação à união que se constrói reciprocamente entre os convivas (BLEIL, 2012.p 02).

Nas dinâmicas realizadas na sala de reuniões era comum ouvir das pessoas: que horas será a próxima refeição? Mesmo que fosse a tom de brincadeiras já era possível vislumbrar o sucesso das horas de comida para o resultado geral da empatia.

Com isso, os objetivos da oficina que eram os da participação ativa e o estabelecimento do diálogo se deram com sucesso. A partir da realização da oficina participativa fundamentada nesses pressupostos, como os mais evidentes e explicitados aqui, a oralidade e perspectivas antropológicas, passamos a tecer um roteiro para a continuidade dos trabalhos com os pescadores.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. Preconceito Lingüístico. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- BLEIL, Susana. Comer juntos: confirmar a comunidade no cotidiano. Disponível em: <http://ideas.revues.org/536>
- MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf> Consulta feita em 15/06/2013.
- MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2008.
- MOREIRA, Thiago et all. Dentes da desigualdade: marcas bucais da experiência vivida na pobreza pela comunidade do Dendê, Fortaleza, Ceará, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v23n6/12.pdf>
- OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Série Antropologia Vol. 413, Brasília: DAN/UnB, 2007.

SOUSA, Mari. O fictício e o imaginário: tessitura e constituição nas narrativas orais dos ribeirinhos do banco da vitória, ilhéus/Ba. Disponível em: [http://www.uesc.br/icer/artigos/ficticio\\_imaginario.pdf](http://www.uesc.br/icer/artigos/ficticio_imaginario.pdf)